

Relatório sobre a Desigualdade Mundial

2026

Coordenado por

Lucas Chancel

Ricardo Gómez-Carrera (Autor principal)

Rowaida Moshrif

Thomas Piketty

Prefácio de

Jayati Ghosh

Joseph E. Stiglitz

WORLD
INEQUALITY
LAB

Coordenado por:

Lucas Chancel
Ricardo Gómez-Carrera
Rowaida Moshrif
Thomas Piketty

Autor principal:

Ricardo Gómez-Carrera

Equipe de pesquisa:

Daniel Sanchez-Ordonez

Coordenador de dados:

Rowaida Moshrif

Coordenador de métodos estatísticos:

Ignacio Flores

Equipe de dados:

Manuel Arias-Osorio
Ignacio Flores
Rowaida Moshrif
Gastón Nievias
Ana Van Der Ree

Equipe de tradução:

Pierre Brassac
Zhexun Mo
Cornelia Mohren
Rowaida Moshrif

Theo Palomo
Daniel Sanchez-Ordonez
Marta Sanduliak
Anmol Somanchi

Gerente de comunicação:

Alice Fauvel



Este relatório contou com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do World Inequality Lab e da União Europeia no âmbito da bolsa Horizon 2020 WISE (n.º 101095219) e da bolsa ERC Synergy DINA (n.º 856455). As opiniões expressas neste relatório não refletem necessariamente as do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento ou de outras instituições parceiras.

World Inequality Lab, 2025

Creative Commons Licence: World Inequality Report 2026, CC BY-NC-SA 4.0

É estritamente proibido traduzir, transferir ou reproduzir este relatório em qualquer outro idioma sem a permissão dos editores.

Como citar este relatório: Chancel, L., Gómez-Carrera, R., Moshrif, R., Piketty, T., et al. *Relatório sobre a Desigualdade Mundial 2026*, World Inequality Lab. wir2026.wid.world

Este relatório tem um site dedicado. Acesso: wir2026.wid.world



Caixa 1: Destaques do Relatório sobre a Desigualdade Mundial 2026 (WIR 2026)

O Relatório sobre a Desigualdade Mundial (*World Inequality Report*, WIR) 2026 marca a terceira edição desta série de referência, após as edições de 2018 e 2022. Esses relatórios se baseiam no trabalho de mais de 200 acadêmicos de todo o mundo, afiliados ao World Inequality Lab e que contribuem para o maior banco de dados sobre a evolução histórica da desigualdade global. Esse esforço coletivo representa uma contribuição significativa para as discussões globais sobre desigualdade. A equipe ajudou a remodelar a forma como formuladores de políticas públicas, acadêmicos e cidadãos entendem a escala e as causas da desigualdade, destacando o separatismo dos ricos globais e a necessidade urgente de justiça tributária para os mais ricos. Suas descobertas têm informado debates nacionais e internacionais sobre reforma fiscal, tributação da riqueza e redistribuição em fóruns que vão desde parlamentos nacionais até o G20.

Com base nessa fundação, o WIR 2026 expande o horizonte. Ele explora novas dimensões da desigualdade que definem o século XXI: clima e riqueza, disparidades de gênero, acesso desigual ao capital humano, as assimetrias do sistema financeiro global e as divisões territoriais que estão redesenhando a política democrática. Juntos, esses temas revelam que a desigualdade hoje não se limita à renda ou à riqueza; ela afeta todos os domínios da vida econômica e social.

A desigualdade global no acesso ao capital humano continua enorme hoje em dia, provavelmente uma diferença muito maior do que a maioria das pessoas imagina. A média de gastos com educação por criança na África Subsaariana ficou em cerca de apenas € 200 (paridade de poder de compra, PPC), em comparação com € 7.400 na Europa e € 9.000 na América do Norte e Oceania: uma diferença de mais de 1 para 40, ou seja, aproximadamente três vezes maior do que a diferença no PIB per capita. Essas disparidades moldam as oportunidades de vida ao longo das gerações, consolidando uma geografia de oportunidades que exacerba e perpetua as hierarquias de riqueza globais.

O relatório também mostra que as contribuições para as mudanças climáticas estão longe de ser distribuídas de maneira uniforme. Embora o debate público muitas vezes se concentre nas emissões associadas ao consumo, novos estudos revelaram como a propriedade do capital desempenha um papel crítico na desigualdade das emissões. Os 10% mais ricos do mundo são responsáveis por 77% das emissões globais associadas à propriedade de capital privado,¹ ressaltando como a crise climática é inseparável da concentração de riqueza. Para resolver essa questão, é necessário um realinhamento direcionado das estruturas financeiras e de investimento que alimentam tanto as emissões quanto a desigualdade.

A desigualdade de gênero também se apresenta de forma muito diferente se levarmos em conta o trabalho invisível e não remunerado, que é desproporcionalmente realizado pelas mulheres. Quando se inclui o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, a diferença aumenta drasticamente. Em média, as mulheres ganham apenas 32% do que os homens ganham por hora de trabalho, considerando as atividades remuneradas e não remuneradas; em comparação com 61% quando não se leva em conta o trabalho doméstico não remunerado. Essas descobertas revelam não apenas uma discriminação persistente, mas também profundas ineficiências na forma como as sociedades valorizam e distribuem o trabalho.

Em nível internacional, o WIR 2026 documenta como o sistema financeiro global reforça a desigualdade. As economias ricas continuam a se beneficiar de um “privilegio exorbitante”: a cada ano, cerca de 1% do PIB global (aproximadamente três vezes mais do que a ajuda ao desenvolvimento) flui das nações mais pobres para as mais ricas por meio de transferências líquidas de renda estrangeira associadas a rendimentos excedentes persistentes e pagamentos de juros mais baixos sobre as dívidas dos países ricos. Reverter essa dinâmica é fundamental para qualquer estratégia confiável de equidade global.

Por fim, o relatório destaca o aumento das divisões territoriais dentro dos países. Em muitas democracias avançadas, as diferenças nas afiliações políticas entre grandes centros metropolitanos e cidades menores atingiram níveis nunca vistos em um século. O acesso desigual a serviços públicos, oportunidades de emprego e exposição a choques comerciais fraturou a coesão social e enfraqueceu as coalizões necessárias para uma reforma redistributiva.

Além de uma riqueza de dados inéditos, o WIR 2026 oferece um quadro para compreender como as desigualdades econômicas, ambientais e políticas se entrecruzam. Ele conclama a uma cooperação global renovada para enfrentar essas clivagens em suas raízes: por meio de tributação progressiva, investimento em capacidades humanas, responsabilização climática atrelada à propriedade do capital privado e instituições políticas inclusivas, capazes de reconstruir a confiança e a solidariedade.

e enfraqueceu as coalizões necessárias para a reforma redistributiva.

Além de uma grande quantidade de dados novos, o WIR 2026 fornece uma estrutura para compreender como as desigualdades econômicas, ambientais e políticas se cruzam. Ele apela para uma cooperação global renovada para combater essas divisões na raiz: por meio de tributação progressiva, investimento em capacidades humanas, responsabilidade climática vinculada à propriedade de capital privado e instituições políticas inclusivas capazes de reconstruir a confiança e a solidariedade.

A desigualdade tem sido uma característica marcante da economia global, mas em 2025 atingiu níveis que exigem atenção urgente. Os benefícios da globalização e do crescimento econômico fluíram de forma desproporcional para uma pequena minoria, enquanto grande parte da população mundial ainda enfrenta dificuldades para alcançar meios de subsistência estáveis. Essas divisões não são inevitáveis. Elas são o resultado de escolhas políticas e institucionais.

Este relatório baseia-se na base de dados sobre a desigualdade mundial (*World Inequality Database*) e em novas pesquisas para fornecer um panorama abrangente da desigualdade em termos de renda, riqueza, gênero, finanças internacionais, responsabilidade climática, tributação e política.

As conclusões são claras: a desigualdade continua extrema e persistente; manifesta-se em várias dimensões que se cruzam e se reforçam mutuamente; e remodela as democracias, fragmentando coligações e corroendo o consenso político. No entanto, os dados também demonstram que a desigualdade pode ser reduzida.

Políticas como transferências redistributivas, tributação progressiva, investimento em capital humano e direitos trabalhistas mais fortes fizeram a diferença em alguns contextos. Propostas como impostos mínimos sobre a riqueza de multimilionários ilustram a escala de recursos que poderiam ser mobilizados para financiar a educação, a saúde e a adaptação climática. Reduzir a desigualdade não é apenas uma questão de justiça, mas também essencial para a resiliência das economias, a estabilidade das democracias e a viabilidade do nosso planeta.

O Mundo é Extremamente Desigual

O primeiro e mais impressionante fato que emerge dos dados é que a desigualdade permanece em níveis muito elevados. **A Figura 1** ilustra que, atualmente, os 10% mais ricos da população global ganham mais do que os 90% restantes, enquanto a metade mais pobre da população global detém menos de 10% da renda global total. A riqueza está ainda mais concentrada: os 10% mais ricos possuem três quartos da riqueza global, enquanto a metade mais pobre detém apenas 2%.

O quadro torna-se ainda mais extremo quando vamos além dos 10% mais ricos. **A Figura 2** ilustra que apenas os 0,001% mais ricos, menos de 60.000 multimilionários, controlam hoje três

vezes mais riqueza do que metade da humanidade combinada. Sua participação cresceu constantemente de quase 4% em 1995 para mais de 6% atualmente, o que ressalta a persistência da desigualdade.

Essa concentração não é apenas persistente, mas também está se acelerando. **A Figura 3** mostra que a extrema desigualdade de riqueza está aumentando rapidamente. Desde a década de 1990, a riqueza dos bilionários e centimilionários cresceu aproximadamente 8% ao ano, quase o dobro da taxa de crescimento experimentada pela metade mais pobre da população. Os mais pobres obtiveram ganhos modestos, mas estes são ofuscados pela extraordinária acumulação no topo da pirâmide.

O resultado é um mundo em que uma minoria ínfima detém um poder financeiro sem precedentes, enquanto bilhões continuam excluídos até mesmo da estabilidade econômica básica.

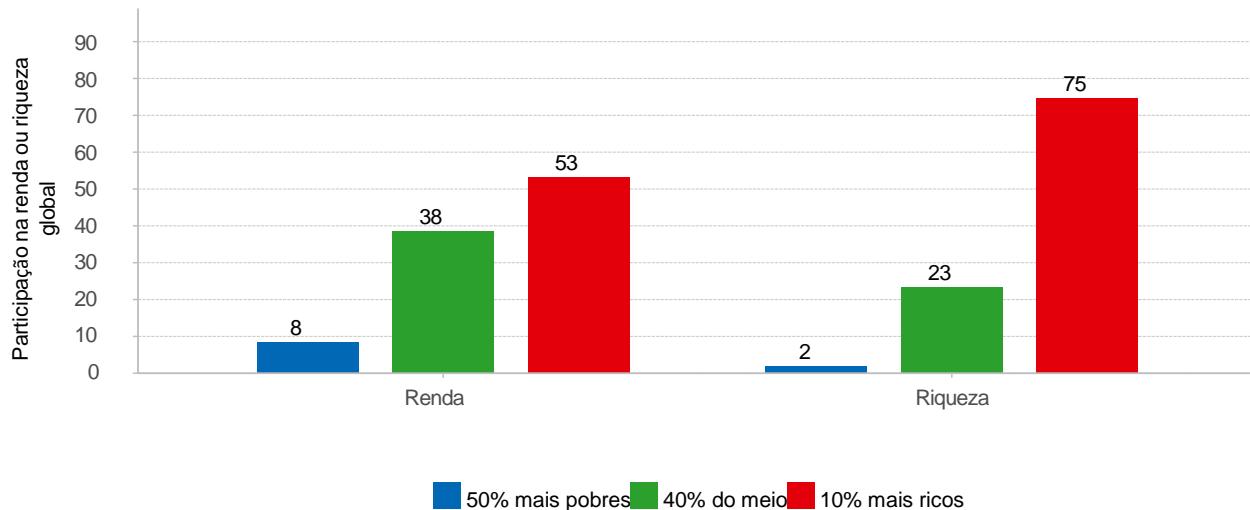
Desigualdade e Mudanças Climáticas

A crise climática é um desafio coletivo, mas também profundamente desigual. **A Figura 4** mostra que a metade mais pobre da população global é responsável por apenas 3% das emissões de carbono associadas à propriedade de capital privado, enquanto os 10% mais ricos são responsáveis por 77% das emissões. O 1% mais rico, por si só, é responsável por 41% das emissões associadas à propriedade de capital privado, quase o dobro da quantidade combinada dos 90% mais pobres.

Essa disparidade diz respeito à vulnerabilidade. Aqueles que menos emitem, em grande parte populações de países de baixa renda, são também os mais expostos aos choques climáticos. Enquanto isso, aqueles que mais emitem estão mais protegidos, com recursos para se adaptar ou evitar as consequências das mudanças climáticas. Essa responsabilidade desigual é, portanto, também uma distribuição desigual de risco. A desigualdade climática é uma crise tanto ambiental quanto social.

Desigualdade de Gênero

A desigualdade não é apenas uma questão de renda, riqueza ou emissões. Ela também está incorporada nas estruturas da vida cotidiana, determinando quem tem seu trabalho reconhecido, quem é recompensado por suas contribuições e quem tem suas oportunidades limitadas. Entre as divisões mais persistentes e generalizadas está a diferença entre homens e mulheres.

Figura 1. O mundo é extremamente desigual**Participação na renda ou riqueza global por grupo, 2025**

Interpretação. Os 50% mais ricos do mundo detêm 8% da renda total medida em PPC de 2025. Os 50% mais pobres do mundo detêm 2% da riqueza (em PPC de 2025). Os 10% mais ricos do mundo detêm 75% da riqueza pessoal total e 53% da renda total em 2025. Observe que os detentores da maior parte da riqueza não são necessariamente os detentores da maior parte da renda. A renda é calculada após o recebimento de pensões e benefícios de desemprego pelos indivíduos e antes de impostos e transferências. **Fontes e séries:** wir2026.wid.world/methodology.

Globalmente, as mulheres detêm pouco mais de um quarto da renda total do trabalho, uma participação que quase não mudou desde 1990. Quando analisada por regiões (Figura 5), no Oriente Médio e Norte da África, a participação das mulheres é de apenas 16%; no Sul e Sudeste da Ásia, é de 20%; na África Subsaariana, 28%; e no Leste Asiático, 34%. A Europa, América do Norte e Oceania, bem como a Rússia e Ásia Central, apresentam um desempenho melhor, mas as mulheres ainda representam apenas cerca de 40% da renda do trabalho.

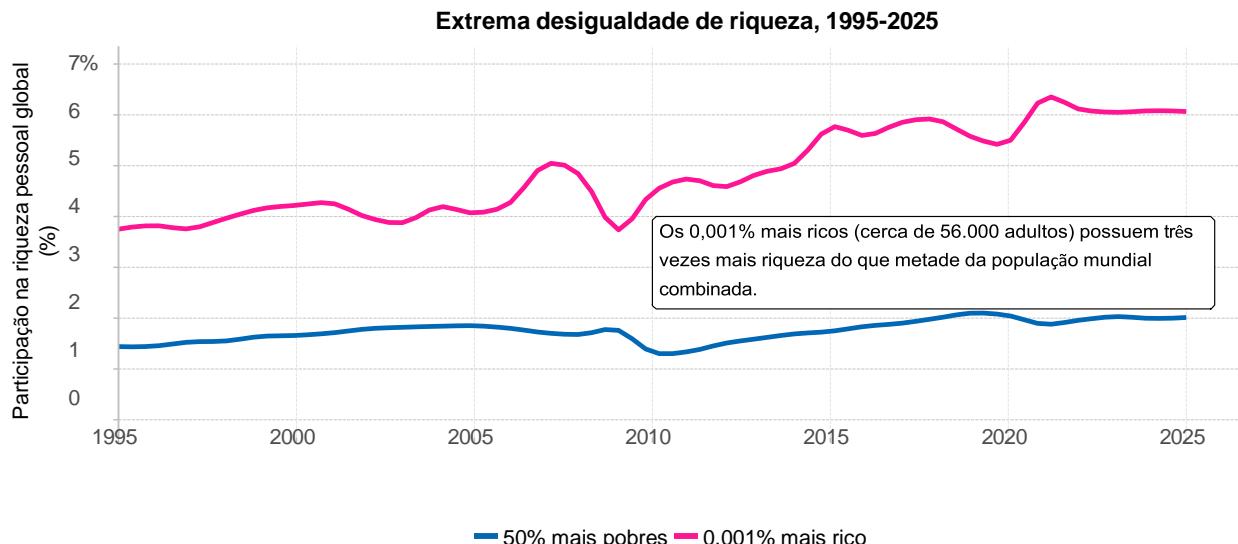
As mulheres continuam a trabalhar mais e a ganhar menos do que os homens. A Figura 6 mostra que as mulheres trabalham mais horas do que os homens, em média 53 horas por semana em comparação com 43 para os homens, uma vez que o trabalho doméstico e os cuidados são levados em consideração. No entanto, seu trabalho é consistentemente menos valorizado. Excluindo o trabalho não remunerado, as mulheres ganham apenas 61% da renda por hora dos homens; quando o trabalho não remunerado é incluído, esse número cai para apenas 32%. Essas responsabilidades desproporcionais restringem as oportunidades de carreira das mulheres, limitam a participação política e retardam a acumulação de riqueza. A desigualdade de gênero não é, portanto, apenas uma questão de justiça, mas também uma ineficiência estrutural: as economias que subvalorizam o trabalho de metade da sua população prejudicam a sua própria capacidade de crescimento e resiliência.

Desigualdade entre Regiões

As médias globais ocultam enormes diferenças entre as regiões. A Figura 7 mostra que o mundo está dividido em níveis de renda bem definidos: regiões de alta renda, como América do Norte, Oceania e Europa; grupos de renda média, incluindo Rússia e Ásia Central, Ásia Oriental e Oriente Médio e Norte da África; e regiões muito populosas onde a renda média permanece baixa, como América Latina, Sul e Sudeste Asiático e África Subsaariana.

Os contrastes são gritantes, mesmo quando se corrige as diferenças de preços entre as regiões. Uma pessoa média na América do Norte e Oceania ganha cerca de treze vezes mais do que alguém na África Subsaariana e três vezes mais do que a média global. Em outras palavras, a renda média diária na América do Norte e Oceania é de cerca de € 125, em comparação com apenas € 10 na África Subsaariana. E essas são médias: dentro de cada região, muitas pessoas vivem com muito menos.

Figura 2. A extrema desigualdade de riqueza é persistente e está aumentando



Interpretação. A parcela da riqueza pessoal detida pelos 0,001% mais ricos dos adultos aumentou de cerca de 3,8% da riqueza total em 1995 para quase 6,1% em 2025. Após um aumento muito ligeiro, a parcela da riqueza detida pela metade mais pobre da população estagnou desde o início dos anos 2000 em cerca de 2%. A riqueza pessoal líquida é igual à soma dos ativos financeiros (por exemplo, ações ou títulos) e ativos não financeiros (por exemplo, habitação ou terrenos) detidos por indivíduos, líquidos das suas dívidas. **Fontes e séries:** Arias-Osorio et al. (2025) e wid.world/methodology.

A Figura 8 destaca esse ponto ao mostrar a distribuição de renda e riqueza dentro das regiões. A renda é distribuída de forma desigual em todos os lugares, com os 10% mais ricos capturando consistentemente muito mais do que os 50% mais pobres. Mas quando se trata de riqueza, a concentração é ainda mais extrema. Em todas as regiões, os 10% mais ricos controlam bem mais da metade da riqueza total, muitas vezes deixando a metade mais pobre com apenas uma pequena fração.

A desigualdade é enorme tanto entre as regiões quanto dentro delas. Algumas regiões, como América do Norte e Oceania, desfrutam de renda e riqueza médias mais altas do que a média mundial, mas ainda apresentam grandes disparidades internas. Outras, como a África Subsaariana, enfrentam o duplo fardo de baixos níveis médios e extrema desigualdade interna.

Um ponto forte característico dos dados do *World Inequality Database* (wid.world) é sua capacidade de acompanhar a renda e a riqueza em toda a distribuição, desde os indivíduos mais pobres até os mais ricos, ao mesmo tempo em que fornece informações em nível nacional para vários anos. Isso torna possível examinar a desigualdade não apenas entre regiões, mas também dentro e entre países individuais.

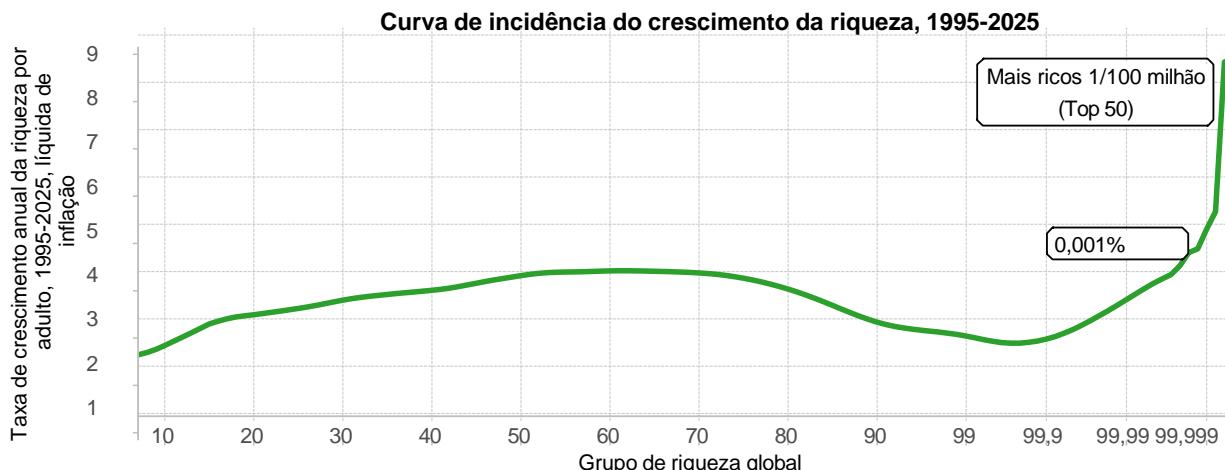
A Figura 9 ilustra isso com a relação de renda dos 10% mais ricos/50% mais pobres (T10/B50), uma medida simples, mas poderosa, que pergunta: em média, quantas vezes mais os 10% mais ricos ganham em comparação com a metade mais pobre? A resposta revela grandes desigualdades dentro dos países.

Embora a desigualdade dentro dos países seja elevada em todos os lugares, sua intensidade segue padrões claros. A Europa e grande parte da América do Norte e Oceania estão entre as regiões menos desiguais, embora mesmo nessas regiões os grupos mais ricos obtenham uma renda muito maior do que a metade mais pobre da população. Os Estados Unidos se destacam como uma exceção, com níveis de desigualdade mais elevados do que seus pares de alta renda. No outro extremo do espectro, a América Latina, o sul da África e o Oriente Médio e Norte da África combinam rendas baixas para os 50% mais pobres com uma concentração extrema no topo, o que resulta em algumas das maiores disparidades de renda T10/B50 do mundo.

Redistribuição, Tributação e Evasão

O estudo da desigualdade entre países e ao longo do tempo revela que as políticas públicas podem realmente reduzir a desigualdade. A Figura 10 mostra como a tributação progressiva e, especialmente as transferências redistributivas reduziram significativamente a desigualdade em todas as regiões, particularmente quando os sistemas são bem concebidos e aplicados de forma

Figura 3. A riqueza cresceu muito mais para os que já eram extremamente ricos



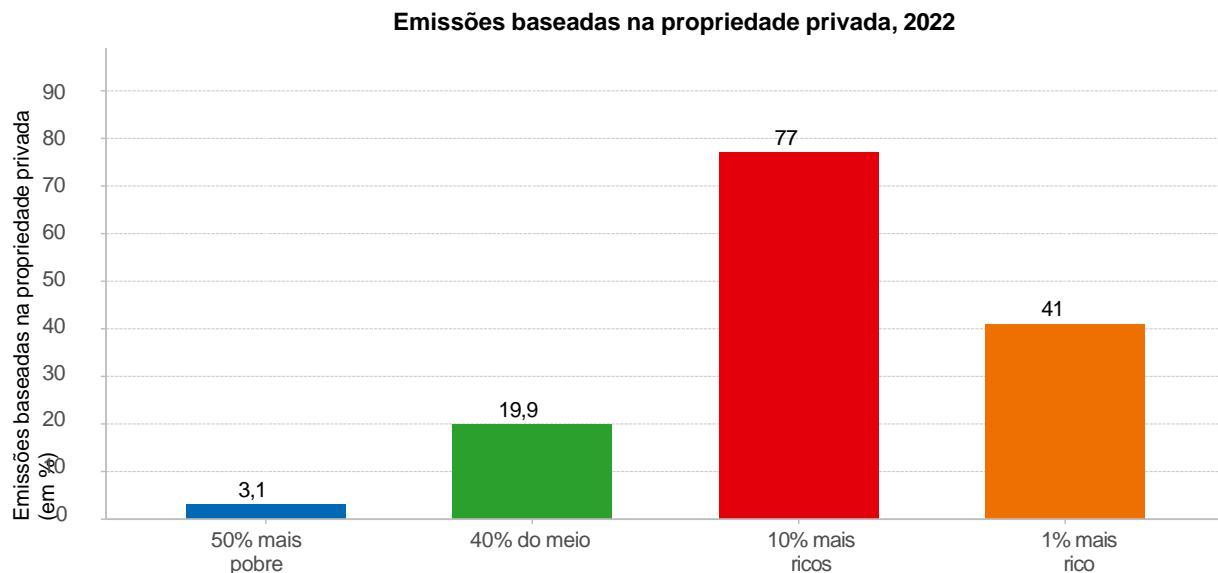
Interpretação. As taxas de crescimento da riqueza pessoal líquida variaram acentuadamente na distribuição global entre 1995 e 2025. Embora os 50% mais pobres tenham experimentado um crescimento positivo de cerca de 2% a 4% ao ano, sua baixa riqueza inicial significou que eles capturaram apenas 1,1% do crescimento total da riqueza global. Em contrapartida, os 1% mais ricos tiveram taxas de crescimento significativamente mais altas, variando de 2% a 8,5% ao ano, e captaram 36,7% do crescimento da riqueza global durante o mesmo período. O topo da distribuição, incluindo as 60 pessoas mais ricas, teve os aumentos mais acentuados. A riqueza pessoal líquida é definida como a soma dos ativos financeiros (por exemplo, ações, títulos) e não financeiros (por exemplo, habitação, terrenos) detidos por indivíduos, líquidos das suas dívidas. **Notas.** A curva é suavizada utilizando uma média móvel centrada. **Fontes e séries:** Arias-Osorio et al. (2025), Chancel et al. (2022) e wir2026.wid.world/methodology.

consistente. Na Europa, América do Norte e Oceania, os sistemas tributários e de transferências reduziram consistentemente as disparidades de renda em mais de 30%. Mesmo na América Latina, as políticas redistributivas introduzidas após a década de 1990 fizeram grandes progressos na redução das disparidades. As evidências mostram que, em todas as regiões, as políticas redistributivas têm sido eficazes na redução da desigualdade, mas com grandes variações.

A desigualdade global no acesso ao capital humano continua enorme: ela se mantém em níveis que são, sem dúvida, muito maiores do que a maioria das pessoas imagina. Em 2025, o gasto médio com educação por criança na África Subsaariana era de apenas €220 (PPC), em comparação com €7.430 euros na Europa e €9.020 euros na América do Norte e Oceania (ver [Figura 11](#)) (uma diferença de mais de 1 para 40, ou seja, aproximadamente três vezes maior do que a diferença no PIB per capita ou na renda nacional líquida - RNL). Tais disparidades moldam as oportunidades de vida entre as gerações, consolidando uma geografia de oportunidades que exacerba e perpetua as hierarquias de riqueza global.

Além disso, a tributação muitas vezes falha onde é mais necessária: no topo da distribuição. [A Figura 12](#) revela como os ultra-ricos escapam da tributação. As alíquotas efetivas do imposto de renda sobem constantemente para a maioria da população, mas caem drasticamente para bilionários e centimilionários. Essas elites pagam proporcionalmente menos do que a maioria das famílias que ganham rendas muito mais baixas. Esse padrão regressivo priva os Estados de recursos para investimentos essenciais em educação, saúde e ação climática. Também prejudica a justiça e a coesão social, diminuindo a confiança no sistema tributário. A tributação progressiva é, portanto, crucial: ela não apenas mobiliza receitas para financiar bens públicos e reduzir a desigualdade, mas também fortalece a legitimidade dos sistemas fiscais, garantindo que aqueles com maiores recursos contribuam com sua parte justa.

Figura 4. Os mais ricos são responsáveis por uma parcela muito maior das emissões globais



Interpretação. As emissões baseadas na propriedade privada estão altamente concentradas no topo da distribuição de riqueza. A metade mais pobre da população global é responsável por apenas 3,1% das emissões, enquanto os 40% do meio contribuem com 19,9%. Em contraste, os 10% mais ricos são responsáveis por 77% das emissões, com o 1% mais rico sozinhos respondendo por 41%. **Fontes e séries:** Rehm e Chancel (2022).

Desigualdade devido ao sistema financeiro global

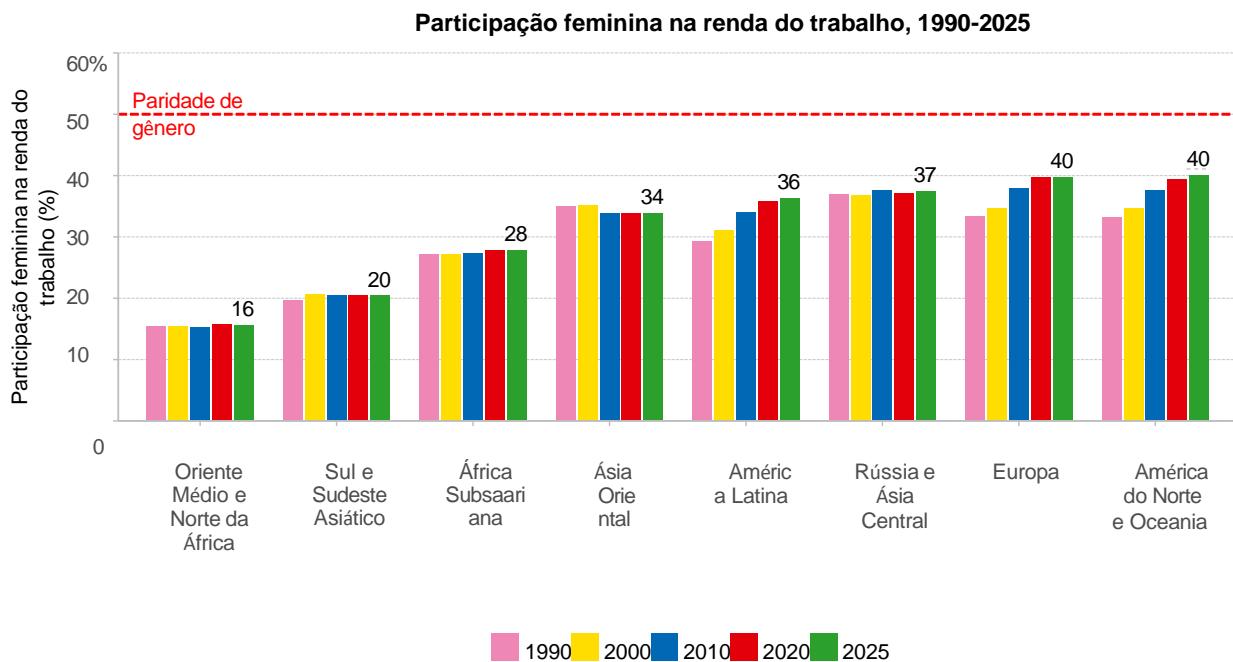
A desigualdade também está profundamente enraizada no sistema financeiro global. **A Figura 13** ilustra como a atual arquitetura financeira internacional está estruturada de forma a gerar sistematicamente desigualdade. Os países que emitem moedas de reserva podem persistentemente contrair empréstimos a custos mais baixos, emprestar a taxas mais altas e atrair poupanças globais. Em contrapartida, os países em desenvolvimento enfrentam a imagem espelhada: dívidas caras, ativos de baixo rendimento e uma saída contínua de renda.

Esse privilégio para as nações ricas não reflete a eficiência do mercado, mas sim um desenho institucional que coloca os emissores de moedas de reservas e centros financeiros no centro do sistema financeiro internacional, em benefício das economias ricas. A demanda persistente por ativos “seguros”, como títulos do Tesouro dos EUA e títulos soberanos europeus, reforçada pelas reservas dos bancos centrais, normas regulatórias (ou seja, Basileia III) e julgamentos das agências de classificação de crédito, consolida essa vantagem (ver **Figura 14**). O resultado é que os países ricos consistentemente tomam empréstimos mais baratos enquanto investem em ativos de maior rendimento

no exterior, posicionando-se como rentistas financeiros às custas das nações mais pobres.

O resultado é uma forma moderna de troca estruturalmente desigual. Enquanto as potências coloniais outrora extraíam recursos para transformar déficits em excedentes, as economias avançadas de hoje alcançam resultados semelhantes através do sistema financeiro. Os países em desenvolvimento são levados a transferir recursos para o exterior, limitando sua capacidade de investir em educação, saúde e infraestrutura. Essa dinâmica não apenas consolida a desigualdade global, mas também aumenta a desigualdade dentro das nações, à medida que o espaço fiscal para o desenvolvimento inclusivo é corroído.

Figura 5. As mulheres recebem persistentemente rendimentos do trabalho inferiores aos dos homens em todo o mundo



Interpretação. Esta figura mostra a evolução da participação feminina na renda do trabalho entre 1990 e 2025 nas diferentes regiões do mundo. Em 2025, as trabalhadoras ganharão cerca de 16% da renda total do trabalho no Oriente Médio e Norte da África, mas cerca de 40% na América do Norte, Oceania e Europa. Em nível global, as mulheres ganharam 27,8% da renda do trabalho em 1990 e 28,2% em 2025. Embora tenha havido algum progresso, a paridade de gênero continua distante em todas as regiões. **Fontes e séries:** Neef e Robilliard (2021), Gabrielli et al. (2024) e wir2026.wid.world/methodology.

Divisões Políticas e Democracia

As divisões econômicas não se limitam ao mercado; elas se estendem diretamente à política. A desigualdade determina quem é representado, quais vozes têm peso e como as coalizões são formadas ou deixam de ser formadas. A Figura 15 mostra como o tradicional alinhamento político baseado em classes nas democracias ocidentais se desintegrou.³ Em meados do século XX, os eleitores de baixa renda e com menor nível de escolaridade apoiavam em grande parte os partidos de esquerda, enquanto os grupos mais ricos e com maior nível de escolaridade se inclinavam para a direita, criando uma clara divisão de classes e aumentando a redistribuição.

Hoje, esse padrão se fragmentou. Primeiro, a educação e a renda agora apontam em direções diferentes (ver Figura 15), tornando muito mais difícil manter amplas coalizões para a redistribuição. Essa evolução pode ser explicada pelo fato de que a expansão da educação veio acompanhada de uma complexificação da estrutura de classes. Por exemplo, muitos eleitores com alto nível de escolaridade, mas renda relativamente baixa (por exemplo, professores ou enfermeiros) atualmente votam na esquerda, enquanto muitos eleitores com menor nível de escolaridade, mas renda relativamente mais alta (por exemplo, trabalhadores autônomos) tendem a

votar na direita.

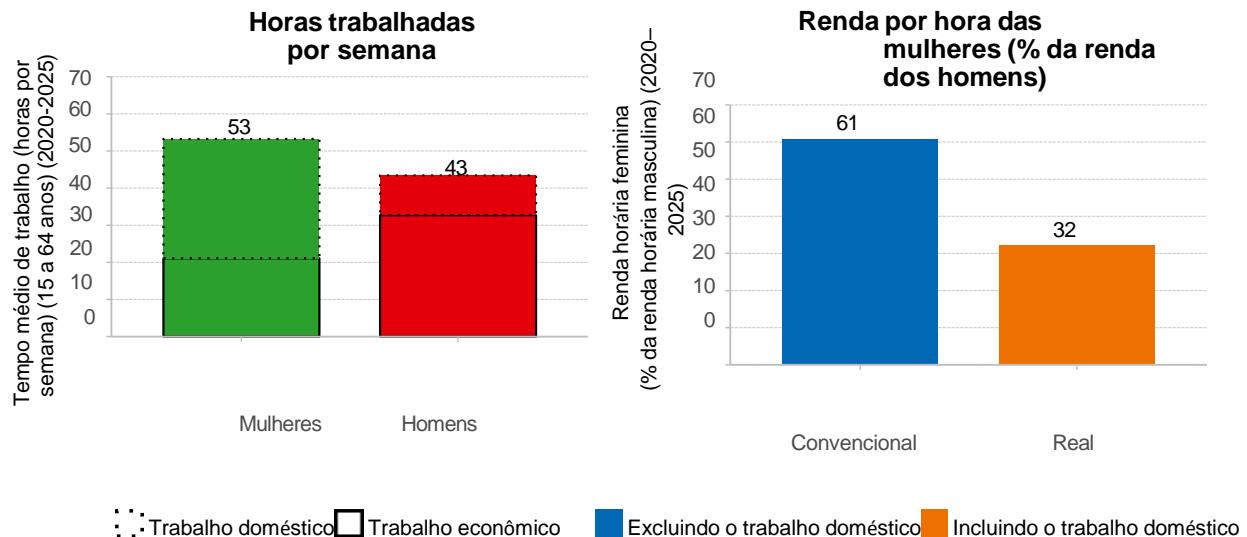
A evolução ainda mais marcante é o surgimento de divisões territoriais dentro dos países. Em muitas democracias avançadas, as diferenças de filiação política entre grandes centros metropolitanos e cidades menores atingiram níveis não vistos há um século (ver a Figura 16). O acesso desigual a serviços públicos (educação, saúde, transporte e outras infraestruturas), oportunidades de emprego e a exposição a choques comerciais fraturaram a coesão social e enfraqueceram as coalizões necessárias para a reforma redistributiva.

Como consequência, os eleitores da classe trabalhadora agora estão fragmentados entre partidos de ambos os lados do espectro político ou ficam sem uma representação forte, o que limita sua influência política e aprofunda a desigualdade. Para reativar as coalizões redistributivas do período do pós-guerra, é fundamental desenhar plataformas de políticas mais ambiciosas que beneficiem todos os territórios, como fizeram com sucesso no passado.

Essa fragmentação corrói as bases políticas para o enfrentamento às desigualdades

Figura 6. Depois de incluir o trabalho doméstico, as mulheres ganham apenas 32% do rendimento por hora dos homens

Diferença de gênero incluindo horas de trabalho doméstico, 2020-2025



Interpretação. O painel esquerdo mostra que, globalmente, as mulheres trabalham mais horas por semana do que os homens, quando se contabilizam tanto o trabalho econômico quanto o doméstico. O painel direito mostra que a renda por hora das mulheres é substancialmente menor do que a dos homens: a diferença medida ($39\% = 100\% - 61\%$) é menor quando se considera apenas o trabalho econômico, mas se torna muito maior quando se incluem as horas de trabalho doméstico ($68\% = 100\% - 32\%$). Juntas, as duas figuras destacam a dupla carga que as mulheres enfrentam: mais tempo total de trabalho combinado com rendimentos por hora mais baixos pelo seu trabalho. **Notas.** O trabalho econômico inclui atividades remuneradas registradas nas contas nacionais. O trabalho doméstico inclui tarefas domésticas, cozinhar e cuidar da família. Cálculos de Andreescu et al. (2025) usando dados globais de uso do tempo e renda. **Fontes e séries:** Andreescu et al. (2025).

e impede a implementação de políticas redistributivas. Enquanto isso, a influência da riqueza na política agrava a desigualdade na influência política. A Figura 17 mostra como o financiamento de campanhas eleitorais está fortemente concentrado entre os que ganham mais: na França e na Coreia do Sul, os 10% mais ricos dos cidadãos fornecem desproporcionalmente a maioria das doações políticas. Essa concentração de poder financeiro amplifica as vozes da elite, reduz o espaço para a formulação de políticas equitativas e marginaliza ainda mais a maioria trabalhadora.

Reducir a desigualdade é uma escolha política.

Mas eleitorados fragmentados, sub-representação dos trabalhadores, e a influência desproporcional da riqueza prejudicam as coalizões necessárias para a reforma. Essa realidade pode mudar. Ela reflete escolhas políticas sobre regras de financiamento de campanha, estratégias partidárias e desenho institucional que podem ser reformuladas com vontade suficiente. Criar as condições para o consenso é, portanto, tão importante para reduzir a desigualdade quanto qualquer instrumento político específico.

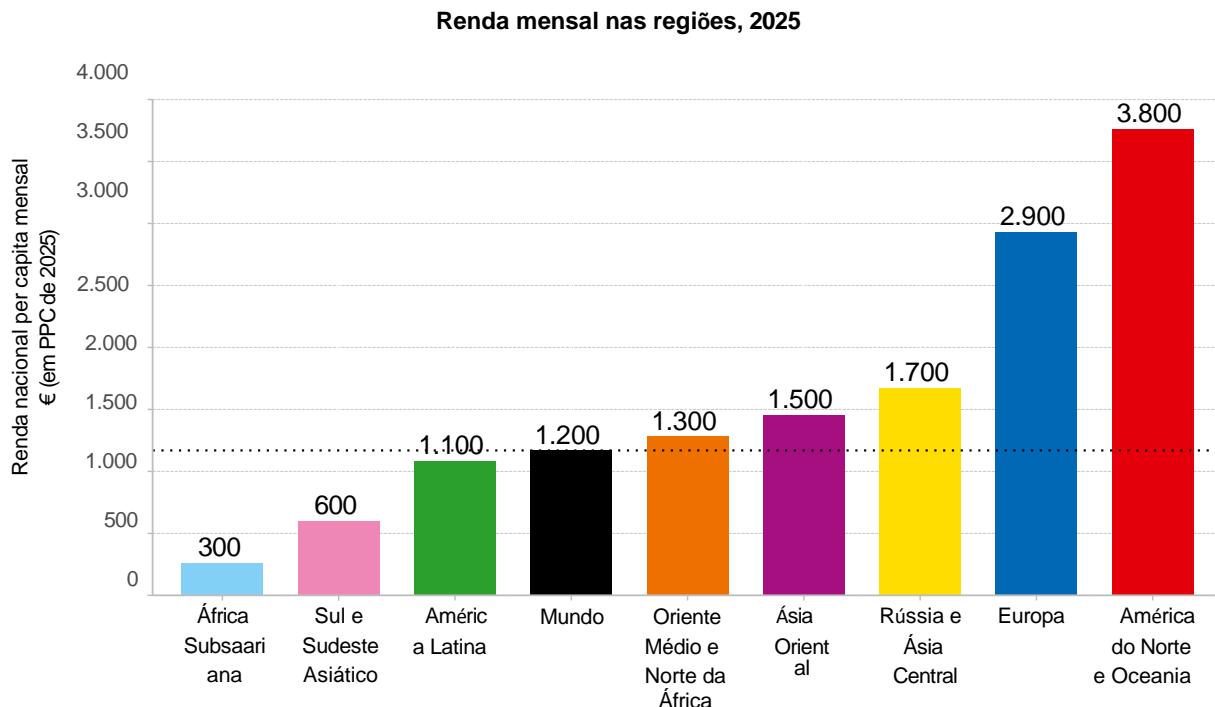
Direções Políticas

As evidências deixam clara uma conclusão: a desigualdade pode ser reduzida. Há uma série de políticas que, de diferentes maneiras, se mostraram eficazes na redução das disparidades.

Uma via importante é através de investimentos públicos em educação e saúde. Estes estão entre os mais poderosos equalizadores, mas o acesso a esses serviços básicos continua desigual e estratificado. O investimento público em escolas gratuitas e de alta qualidade, saúde universal, creches e programas de nutrição pode reduzir as disparidades na infância e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Ao garantir que o talento e o esforço, e não a origem, determinem as oportunidades na vida, esses investimentos constroem sociedades mais inclusivas e resilientes.

Outro caminho é por meio de programas redistributivos. Transferências de renda, pensões, seguro-desemprego e apoio direcionado a famílias vulneráveis podem transferir recursos diretamente da parte superior para a parte inferior da distribuição. Quando bem elaboradas, tais medidas têm reduzido

Figura 7. A desigualdade entre as regiões também é imensa



Interpretação. Existem enormes disparidades em termos de renda entre as regiões. Uma pessoa no Sul e Sudeste Asiático tem uma renda média mensal de €601, enquanto uma pessoa na Europa tem uma renda média mensal de €2.934 euros. Isto representa um aumento de 4,9 vezes. **Fontes e séries:** wir2026.wid.world/methodology.

as disparidades de renda, reforçando a coesão social e proporcionando amortecedores contra choques, especialmente em regiões com Estados de bem-estar social mais fracos.

O progresso também pode vir do avanço da igualdade de gênero. A redução das disparidades de gênero requer o desmantelamento das barreiras estruturais que moldam a forma como o trabalho é valorizado e distribuído. Políticas que reconheçam e redistribuam o trabalho de cuidados não remunerado, por meio de creches acessíveis, licença parental que inclua os pais, e créditos de pensão para cuidadores, são essenciais para nivelar o campo de atuação. Igualmente importante é a aplicação rigorosa da igualdade salarial e proteções mais fortes contra a discriminação no local de trabalho. Abordar esses desequilíbrios garante que as oportunidades e recompensas não sejam determinadas pelo gênero, mas pela contribuição e capacidade.

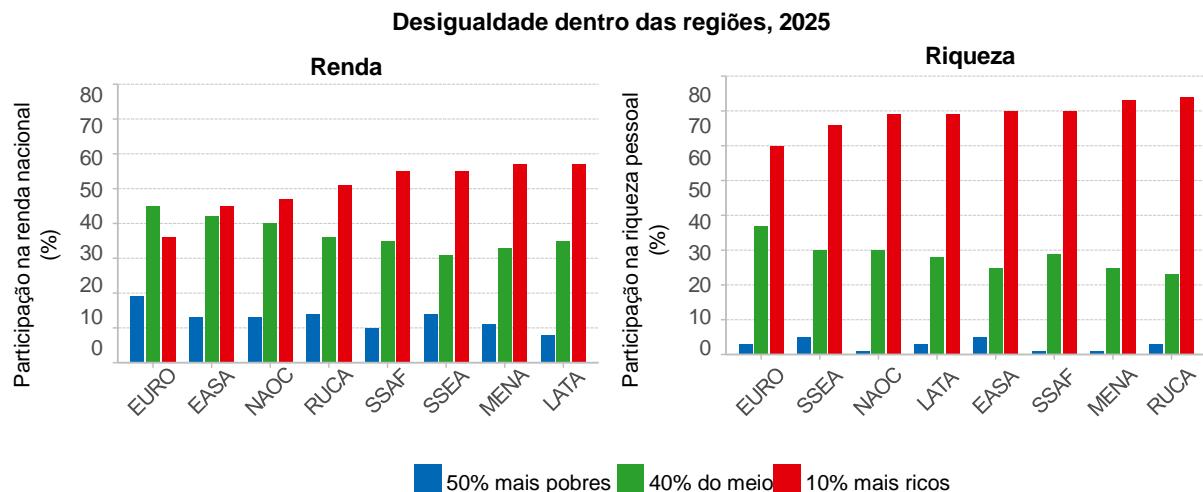
A política climática oferece outra dimensão importante: quando mal elaborada, pode aumentar a desigualdade, mas, quando bem planejada, também pode reduzi-la. Subsídios climáticos combinados com tributação progressiva têm o potencial de acelerar a adoção de tecnologias de baixo carbono de maneira justa. Impostos e regulamentações sobre o consumo de luxo

ou investimentos com alto teor de carbono também podem ajudar a reduzir os níveis de emissões entre os grupos mais ricos.

A política tributária é outra alavanca poderosa. Sistemas tributários mais justos, nos quais os mais ricos contribuem com alíquotas mais altas por meio de impostos progressivos, não apenas mobilizam recursos, mas também fortalecem a legitimidade fiscal. Mesmo alíquotas modestas de um imposto mínimo global sobre bilionários e centimilionários poderiam arrecadar entre 0,45% e 1,11% do PIB global (ver **Figura 18**) e financiar investimentos transformadores em educação, saúde e adaptação climática.

A desigualdade também pode ser reduzida através da reforma do sistema financeiro global. Os acordos atuais permitem que as economias avançadas obtenham empréstimos baratos e garantam fluxos constantes, enquanto as economias em desenvolvimento enfrentam passivos onerosos e fluxos persistentes. Reformas como a adoção de uma moeda global, sistemas centralizados de crédito e débito e impostos corretivos sobre excedentes excessivos expandiriam o espaço fiscal para investimentos sociais e reduziriam a troca desigual que há muito define as finanças globais.

Figura 8. A renda e, mais ainda, a riqueza estão extremamente concentradas no topo em todas as regiões



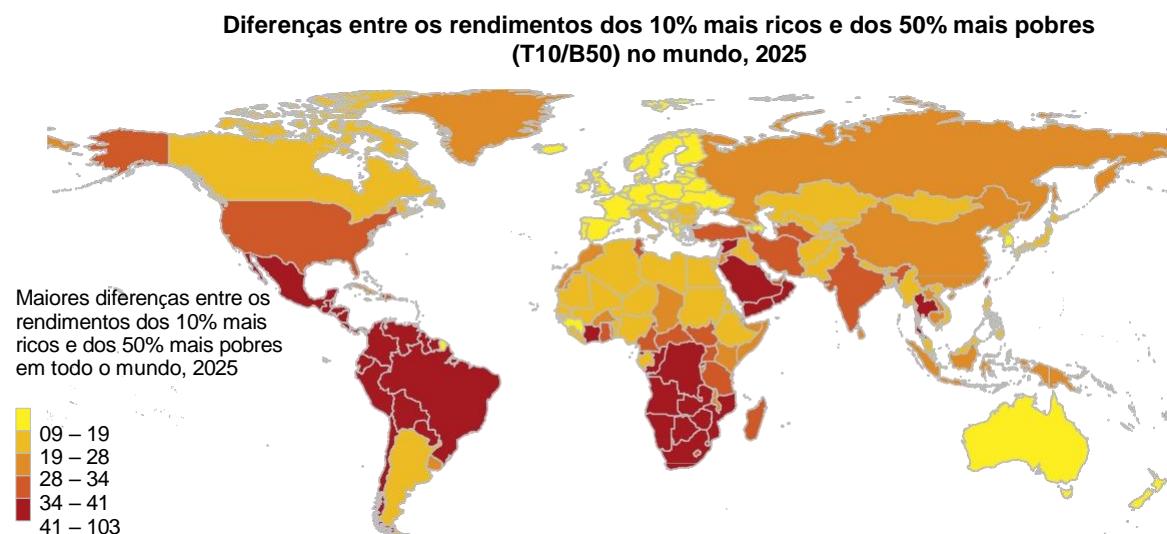
Interpretação. Em todas as regiões, a renda e a riqueza são distribuídas de forma muito desigual dentro das regiões. A riqueza está muito mais concentrada no topo do que a renda. Os números estão organizados de acordo com as participações dos 10% mais ricos. A renda é medida após o recebimento de pensões e subsídios de desemprego pelos indivíduos, mas antes dos impostos de renda e outras transferências. A riqueza pessoal líquida é a soma dos ativos financeiros (por exemplo, ações, obrigações) e não financeiros (por exemplo, habitação, terrenos) detidos pelos indivíduos, líquidos de dívidas. **Notas.** EASA: Ásia Oriental, EURO: Europa, LATA: América Latina, MENA: Oriente Médio e Norte da África, NAOC: América do Norte e Oceania, SSEA: Sul e Sudeste Asiático, SSAF: África Subsaariana e RUCA: Rússia e Ásia Central. **Fontes e séries:** wir2026.wid.world/methodology.

Conclusão

A desigualdade é uma escolha política. É o resultado de nossas políticas, instituições e estruturas de governança. Os custos da crescente desigualdade são claros: divisões cada vez maiores, democracias frágeis e uma crise climática que recai mais fortemente sobre aqueles menos responsáveis por ela. Mas as possibilidades de reforma são igualmente claras. Onde a redistribuição é forte, a tributação é justa e o investimento social é priorizado, a desigualdade diminui.

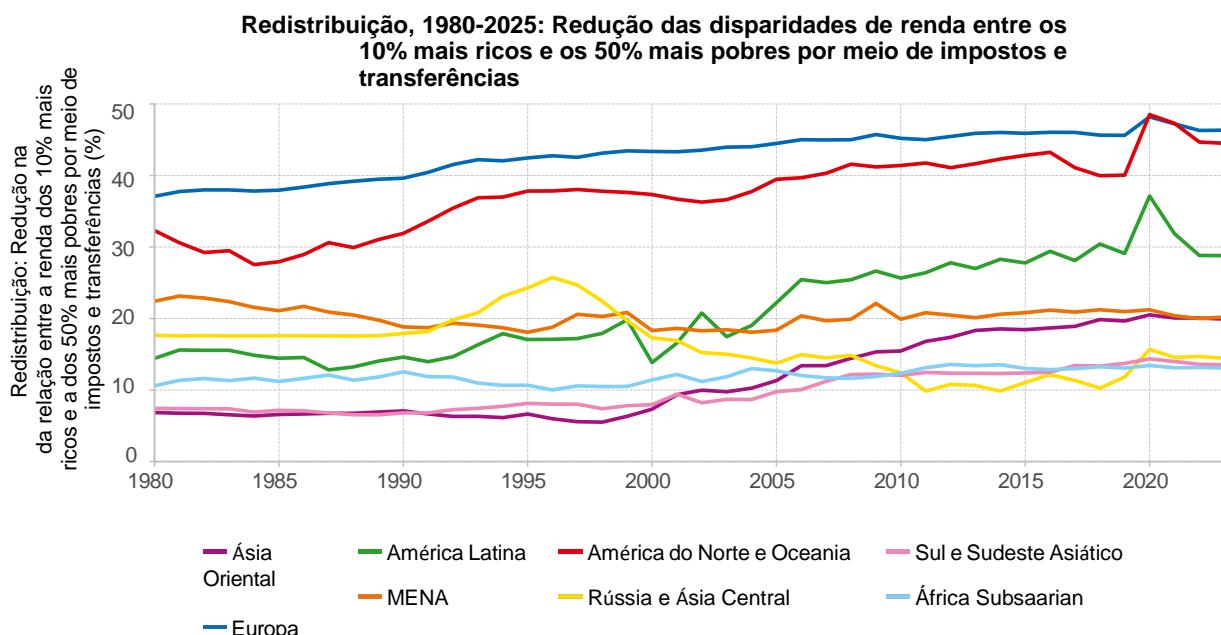
As ferramentas existem. O desafio é a vontade política. As escolhas que fizermos nos próximos anos determinarão se a economia global continuará em um caminho de extrema concentração ou se avançará em direção à prosperidade compartilhada.

Figura 9. Alguns países enfrentam o duplo fardo de baixos rendimentos e desigualdade muito elevada

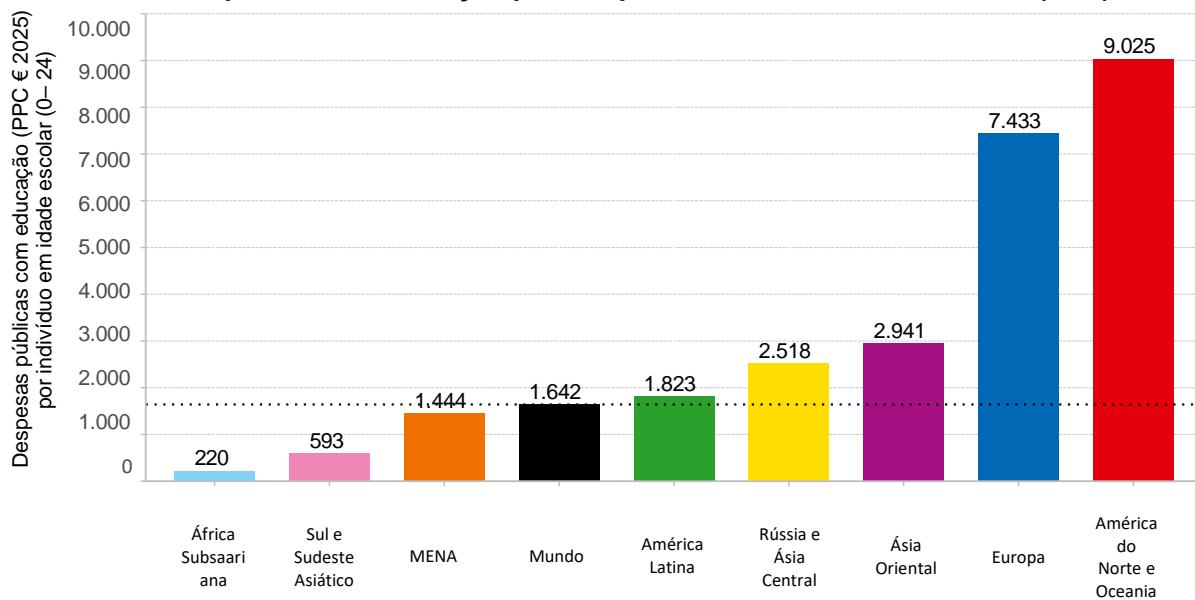


Interpretação. Este mapa mostra a relação entre a participação na renda dos 10% mais ricos e dos 50% mais pobres da população em cada país em 2025. A renda é medida após o recebimento de pensões e benefícios de desemprego pelos indivíduos, mas antes de outros impostos que eles pagam e transferências que recebem. **Fontes e séries:** wir2026.wid.world/methodology e Chancel e Piketty (2021).

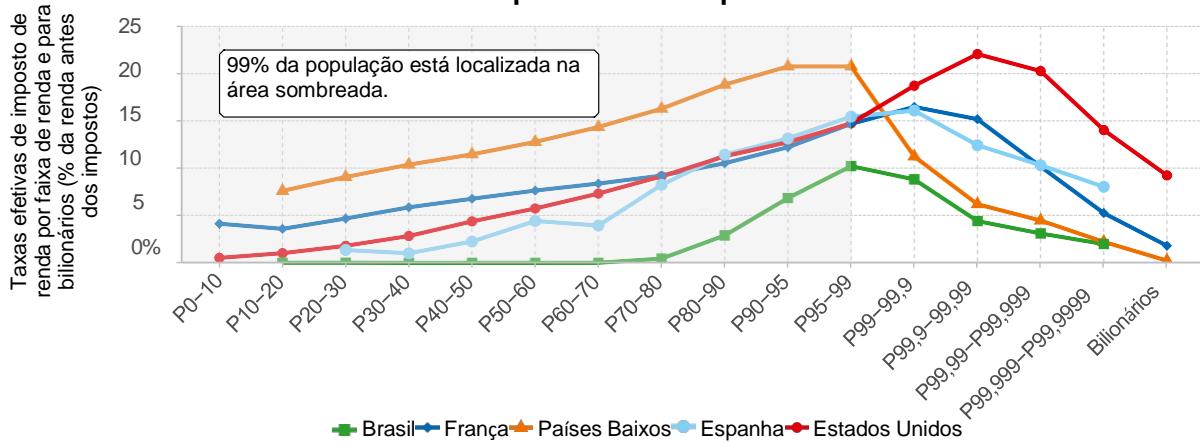
Figura 10. A desigualdade pode ser reduzida com tributação progressiva e transferências



Interpretação. A figura mostra o impacto dos impostos e transferências na desigualdade entre as regiões, medido pela redução na relação entre a renda dos 10% mais ricos e a renda dos 50% mais pobres (um valor positivo indica redução da desigualdade). Os sistemas tributários e de transferências reduzem a desigualdade em todas as regiões, mas a extensão da redistribuição varia muito. **Fontes e séries:** wir2026.wid.world/methodology e Fisher-Post e Gethin (2025).

Figura 11. Grande desigualdade de oportunidades entre as regiões**Despesas com educação pública por indivíduo em idade escolar (0-24), 2025**

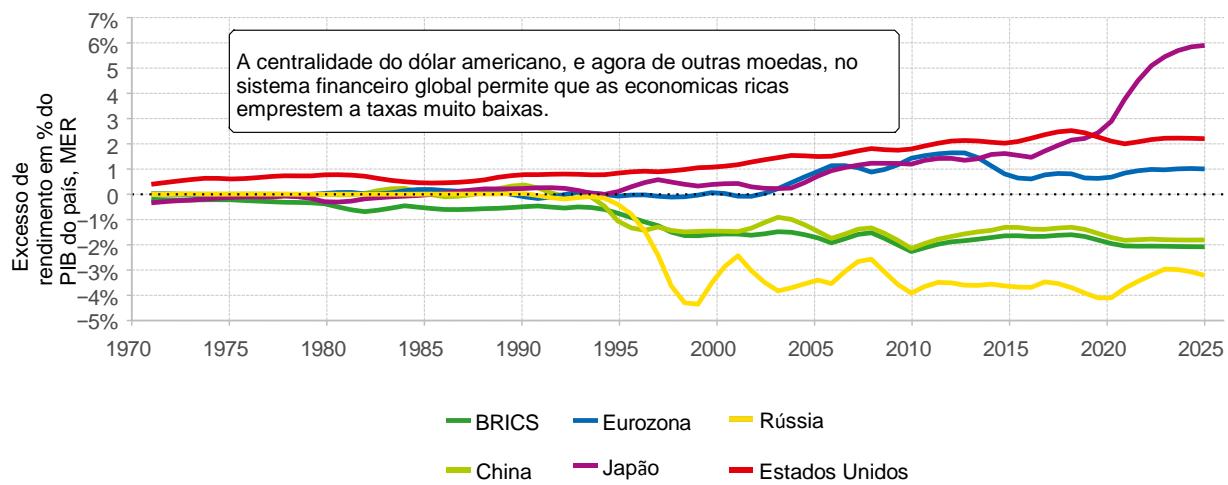
Interpretação. Em 2025, a despesa média com educação pública por indivíduo em idade escolar (0 a 24 anos) varia enormemente entre as regiões do mundo, de € 220 na África Subsaariana a € 9.025 na América do Norte e Oceania (PPC € 2025), ou seja, uma diferença de quase 1 para 41. Se utilizássemos taxas de câmbio de mercado (MER) em vez de PPC, as diferenças seriam 2 a 3 vezes maiores. **Fontes e séries:** Bharti et al. (2025).

Figura 12. Os ultra-ricos escapam à tributação progressiva**Taxas efetivas de imposto de renda por faixas de renda**

Interpretação. Esta figura mostra as alíquotas efetivas de imposto de renda por faixa de renda antes dos impostos e para bilionários em dólares americanos no Brasil, França, Holanda, Espanha e Estados Unidos. As alíquotas de imposto de renda incluem apenas imposto de renda sobre a pessoa física e tributos equivalentes. Todos os valores são expressos como uma parcela da renda antes dos impostos, definida como toda a renda nacional antes dos impostos e transferências, após as pensões. P0-10 denota os 10% mais baixos da distribuição de renda, P10-20 o décimo seguinte, etc. **Fontes e séries:** Artola et al. (2022), Bozio et al. (2024), Bozio et al. (2020), Bruij et al. (2024), Palomo et al. (2025), Saez e Zucman (2019) e Zucman (2024).

Figura 13. O sistema financeiro internacional gera mais desigualdade

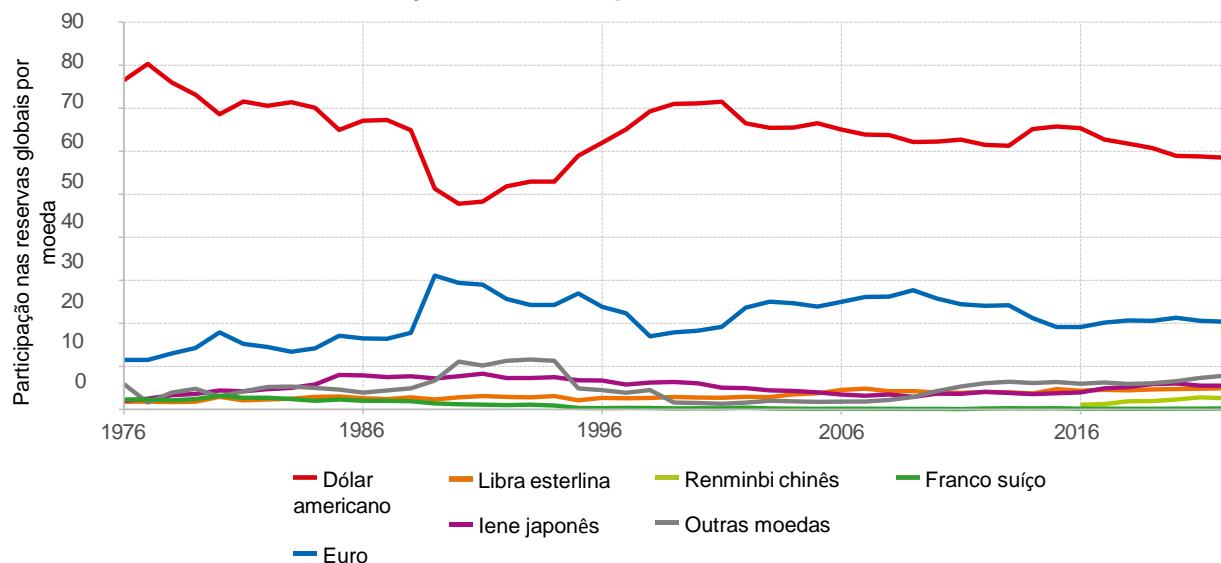
Excesso de rendimento (ativos - passivos) como % do PIB do país, 1970-2025



Interpretação. Este gráfico mostra o rendimento excedente, definido como a diferença entre o retorno sobre os ativos e passivos externos, como percentagem do PIB nacional. O gráfico mostra que o privilégio exorbitante, outrora exclusivo dos Estados Unidos, se tornou um fenômeno mais generalizado no mundo rico. Os Estados Unidos mantêm um privilégio substancial de 2,2% em 2025. A zona euro segue-se com 1% em 2025. O Japão se destaca com um privilégio de 5,9% até 2025. Em contrapartida, os países do BRICS enfrentam um ônus consistente de cerca de 2,1%, destacando seu papel como fornecedores líquidos de capital para economias mais ricas. **Notas.** Valores positivos representam ganhos de renda decorrentes do privilégio financeiro; valores negativos representam ônus financeiro. Os países do BRICS incluem Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. **Fontes e séries:** Nievais e Sodano (2025) e wir2026.wid.world/methodology.

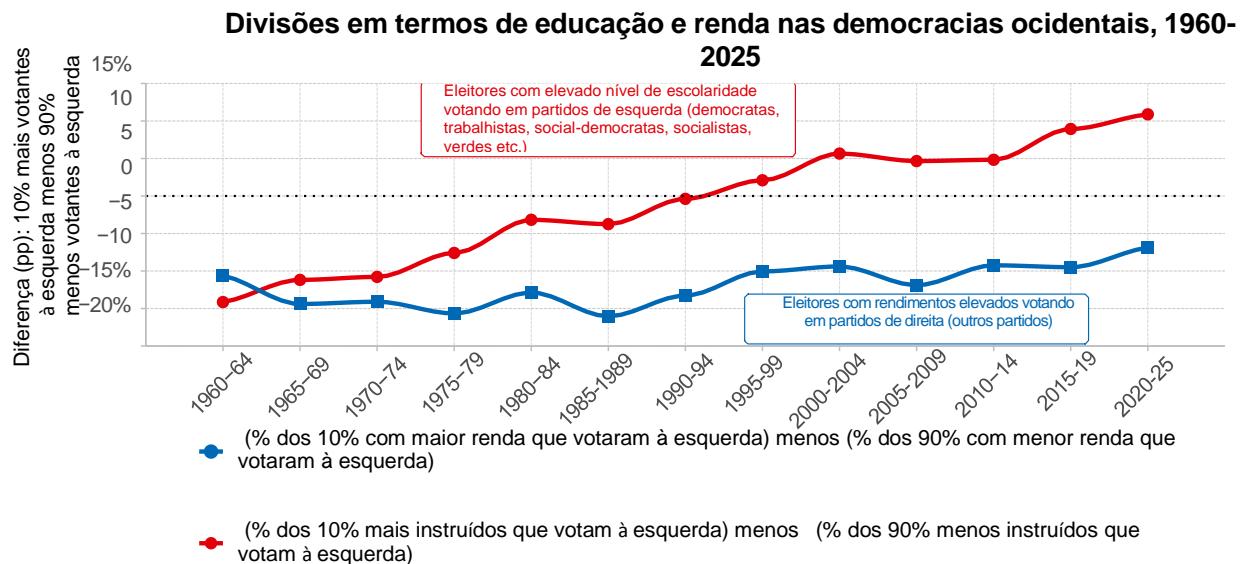
Figura 14. Os países privilegiados enfrentam custos de passivo mais baixos por decisão política, não por dinâmica de mercado

Participação nas reservas globais por moeda, 1976-2022



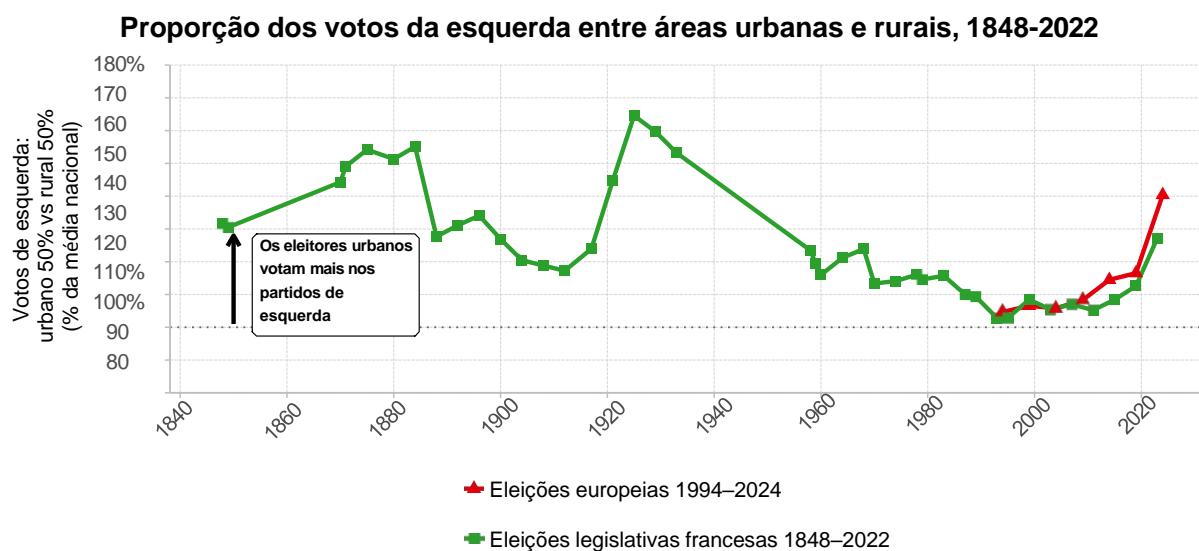
Interpretação. Os países ricos são os emissores das moedas de reserva internacionais, que são então utilizadas em transações internacionais e como reserva de valor em todo o mundo. Estas moedas dominam as reservas dos bancos centrais devido a regras financeiras internacionais como Basileia III, garantindo uma procura persistente. Isto leva a custos de financiamento persistentemente mais baixos. **Fontes e séries:** Nievais e Sodano (2025) e wir2026.wid.world/methodology.

Figura 15. Precisamos de ação política, mas as coalizões políticas são difíceis de formar



Interpretação. Na década de 1960, tanto os eleitores com maior nível de escolaridade quanto os de alta renda eram menos propensos a votar em partidos de esquerda (democráticos/trabalhistas/social-democratas/socialistas/verdes etc.) do que os eleitores com menor nível de escolaridade e baixa renda, por mais de 10 pontos percentuais. O voto de esquerda tornou-se gradualmente associado aos eleitores com maior nível de escolaridade, dando origem a um sistema partidário multi-elite. Os números correspondem a médias de cinco anos para a Austrália, Grã-Bretanha, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Noruega, Suécia, Suíça e Estados Unidos. As estimativas controlam o rendimento/educação, idade, género, religião, frequência à igreja, rural/urbano, região, raça/etnia, situação profissional e estado civil (nos países-anos para os quais estas variáveis estão disponíveis). **Fontes e séries:** Gethin et al. (2021) e World Political Cleavages and Inequality Database (wpid.world).

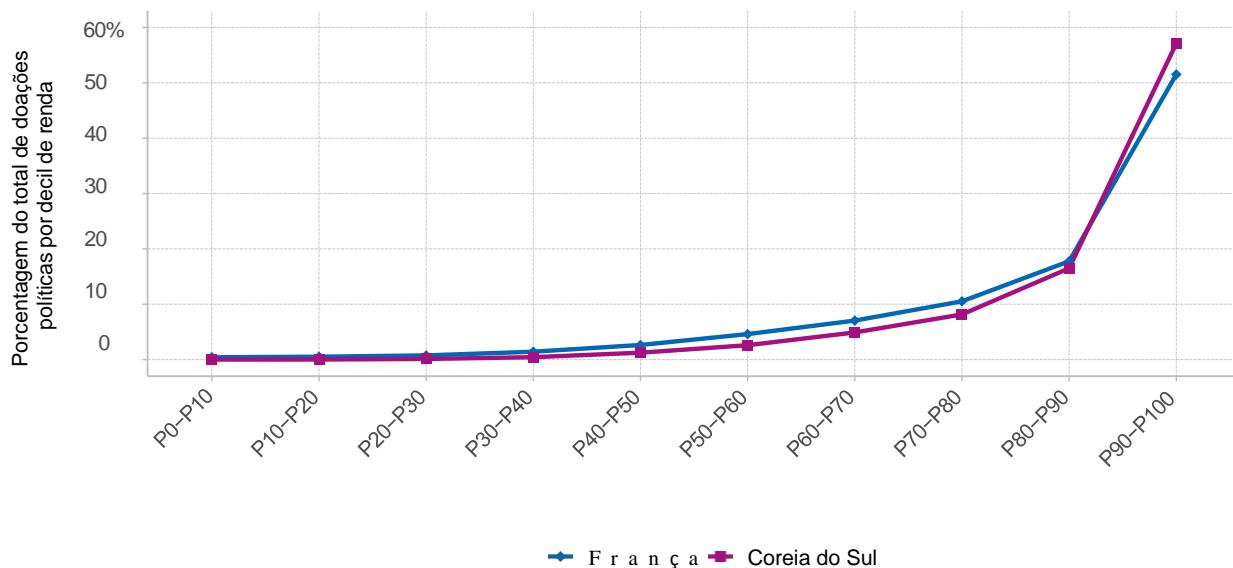
Figura 16. As divisões entre grandes cidades e cidades menores atingiram níveis nunca vistos em um século



Interpretação. Este painel mostra a proporção dos votos da esquerda nas áreas urbanas em relação aos votos nas áreas rurais. Ele compara os 50% mais urbanos com os 50% mais rurais (por tamanho da aglomeração). Tanto nas eleições europeias (1994-2024) como nas eleições legislativas (1848-2022), o fosso entre as zonas urbanas e rurais aumenta significativamente a partir de meados da década de 1990, com um aumento acentuado nas eleições europeias de 2024. **Fontes e séries:** Cagé e Piketty (2025) e unehistoireduconfitpolitique.fr.

Figura 17. Sem redistribuição, a desigualdade política aumentará

Doações políticas por decil de renda, % do total



Interpretação. Participação média no total de doações políticas por decil de renda na França e na Coreia do Sul (2013-2021). As doações estão altamente concentradas no topo, com o decil mais rico contribuindo com a maior participação.
Fontes e séries: Cagé (2024).

Figura 18. Uma tributação mínima pode preservar a progressividade no topo da distribuição e suas receitas podem reduzir as desigualdades.

Propostas globais de justiça fiscal segundo os cenários de referência, moderado e ambicioso

	Referência	Moderado	Ambicioso
Imposto sobre o patrimônio líquido > 100m US\$	2 % patrimônio líquido > 100m US\$	3 % patrimônio líquido > 100m US\$	5 % patrimônio líquido > 100m US\$
Adultos abrangidos	0,002 % mais rico (92.140)	0,002 % mais rico (92.140)	0,002 % mais rico (92.140)
Receitas fiscais (bilhões US\$)	503	754	1,256
Receita fiscal anual como % do PIB mundial (2025)	0.45%	0.67%	1.11%
Receita fiscal anual como % do gasto total em educação na África Subsaariana e Ásia do Sul e Sudeste (2025)	1.2x	1.7x	2.9x

Interpretação: Esta tabela apresenta os cenários de referência, moderado e ambicioso de tributação global sobre riqueza aplicados a centimilionários e bilionários em todo o mundo (~92.140 adultos). Os cenários variam em taxas e limiares, com receitas projetadas entre 0,45% e 1,11% do PIB mundial em 2025. **Notas.** As estimativas assumem 10% de evasão fiscal. **Fontes e séries:** Wealth Tax Simulator (wid.world/world-wealth-tax-simulator) e wir2026.wid.world/methodology.

Notas

Notas

¹As emissões baseadas na propriedade de capital privado referem-se às emissões de gases de efeito estufa produzidas por empresas e outros ativos produtivos que são de propriedade privada. Essas emissões são atribuídas aos indivíduos proporcionalmente às suas participações acionárias e excluem as emissões diretas das famílias e as emissões de ativos públicos (ver Chancel e Mohren (2025)).

²Ver, por exemplo, Andreescu e Alice Sodano (2024); Arias-Osorio et al. (2025); Bharti e Mo (2024); Bauluz, Brassac, Clara Martínez-Toledano, Nievas, et al. (2025); Bauluz, Brassac, Clara Martínez-Toledano, Piketty, et al. (2024); Chancel, Flores, et al. (2025); Dietrich et al. (2025); El Hariri (2024); Flores e Zúñiga-Cordero (2024); Forward e Fisher-Post (2024); Gómez-Carrera, Moshrif, Nievas e Piketty (2024); Gómez-Carrera, Moshrif, Nievas, Piketty e Somanchi (2025); Loubes e Robilliard (2024); Nievas e Piketty (2025).

³Ver também Gethin, Clara Martínez-Toledano e Piketty (2021); Gethin, Clara Martínez-Toledano e Piketty (2022); Gethin e Clara Martínez-Toledano (2025)

—